



## HEGEMONIA E DISCURSO: O SUJEITO QUE RESISTE

### HEGEMONIA AND ADDRESS: SUBJECT TO RESIST

Rosselane Giordani<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a analisar como o sujeito se constitui no discurso por meio de práticas articulatórias. Esse conceito foi desenvolvido por Ernesto Laclau que segue a linha de Análise de Discurso de linha crítica. Ele coloca a análise em outros termos, diferente da orientação de análise de discurso de linha francesa que considera que o sujeito é interpelado pela ideologia. Na linha crítica o sujeito é consciente, ele inter-age no discurso. A análise será feita a partir de enunciados extraídos da revista Caros Amigos, edição especial sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de outubro de 2000.

**PALAVRAS-CHAVES:** discurso midiático, hegemonia e práticas articulatórias

**ABSTRACT:** This work intends to analyze as the subject is constituted in the speech through speaking practices. That concept was developed by Ernesto Laclau that follows the line of Analysis of Speech of critical line. He puts the analysis in other terms, different from the orientation of analysis of speech of French line that considers that the subject is questioned by the ideology. In the critical line the subject is conscious, he inter-acts in the speech. The analysis will be made starting from extracted statements of the magazine Caros Amigos, special edition on the Movement of the Rural Workers Without Earth, on october 2000.

**WORD-KEY:** mídia speech, hegemony and speaking practices

### Introdução

Uma das formas a partir da qual se pode entender como a ideologia circula e opera na sociedade se configura também no discurso midiático. Ele pode constituir o espaço e a expressão de ideologias presentes na esfera pública e, portanto, articula uma rede multifacetada de poder, que é ativada na e por meio da linguagem. Relações de poder são, portanto, exercidas na sociedade também por meio do discurso midiático.

Partindo disso, a proposta desse trabalho é discutir o discurso sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da edição especial sobre o movimento da Revista Caros

<sup>1</sup> Rosselane Giordani é mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), graduada em Comunicação Social/Habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e editora-chefe do jornal Diário do Sudoeste de Pato Branco. E-mail: rosselane@bol.com.br



Amigos, de outubro de 2000. A intenção é problematizar como a revista aborda o assunto, pois, diferentemente da grande maioria da mídia brasileira, a Caros Amigos defende o MST. Esse movimento acontece por meio de seu discurso, pois, a revista tenta deslocar os sentidos produzidos e veiculados pelas mídias contrárias ideologicamente ao MST. Ou seja, ela tenta construir uma outra ‘imagem’ sobre o movimento, uma imagem positiva, tenta construir, através dos seus argumentos sistematizados no discurso, uma base de legitimidade para a existência e ação do movimento social. A revista discursiviza o MST agregando, a este, características distintas da ‘imagem criminosa’ que a grande maioria da mídia brasileira procura construir como corolário para o movimento. O discurso da revista destoa, desse modo, do coro da grande maioria, e, desta forma, se coloca como um discurso de resistência que busca negociar os sentidos que são discursivizados sobre o MST. O discurso da revista Caros Amigos quer provocar uma ruptura com essa imagem negativa e criminosa que a grande mídia (como exemplo: Folha de São Paulo, Revista Veja, Jornal Nacional) dissemina sobre o MST.

O discurso da Caros Amigos se coloca no ‘fronte de batalha’ de negociação de sentidos sobre o MST. É justamente esse processo transitório e precário de negociação de sentidos via discurso que esse trabalho pretende analisar. A abordagem desse trabalho se desenvolverá na perspectiva de análise do discurso proposta por Ernesto Laclau (1990). Ele irá propor a análise em termos diferenciados da corrente de Análise do Discurso de linha francesa.

### **A teoria do discurso de Laclau**

Dialogando com o marxismo no sentido dos discursos libertários, Laclau vai propor um sujeito que resiste e que inter-age no processo histórico, mas agora, esse agente da revolução não se limitará mais a categoria do proletário. Isto porque ele entende que os antagonismos que surgem no capitalismo não se limitam a venda da força de trabalho, a via economicista de entendimento das relações sociais, mas também surgem em uma gama muito vasta e complexa da multiplicidade da vida social. Celi Pinto<sup>2</sup> (1999) explica que Laclau procura deixar muito claro em todo o seu trabalho a

<sup>2</sup> Todas as citações de Celi Regina Jardim Pinto, neste trabalho, foram extraídas do artigo *Notas a propósito de Ernesto Laclau*. Revista de Ciências Sociais. Montevideu, v.15, p.36-48, 1999.



distinção entre categorias econômicas e sujeitos constituídos no campo de luta. Essa consideração pode ser contextualizada a partir da afirmação de Laclau:

Para mostrar que as relações capitalistas de produção são intrinsecamente antagônicas, significaria demonstrar que o antagonismo ocorre logicamente da relação entre comprador e vendedor de força de trabalho. Mas isto é exatamente o que não pode ser feito. Poderia ser argumentado que a relação é intrinsecamente antagônica porque está baseada na troca desigual e porque o capitalista extrai a mais valia do trabalhador? A resposta a este ponto é não, porque somente se o trabalhador resistir a esta extração que a relação torna-se antagônica; e nada existe na categoria de vendedores de força de trabalho que sugira esta resistência como uma conclusão lógica (LACLAU, 1990, p.9).

Pinto complementarará dizendo que neste fim de século há uma complexa rede de situações onde os agentes sociais encontram condições para suas emergências como sujeitos, é essa linha que norteia o trabalho de Ernesto Laclau, que por sua vez rejeita a idéia de ideologia enquanto falsa consciência para explicar o desenrolar da história e adota a noção de hegemonia - noção essa que é tributária dos escritos de Antonio Gramsci<sup>3</sup> (1987). O espaço da hegemonia abre caminho para toda uma nova lógica do social. A noção de hegemonia em Laclau (1993 apud Burity<sup>4</sup>, 1997) exigirá um outro movimento estratégico baseado na negociação entre “superfícies discursivas mutuamente contraditórias”. Burity dirá que hegemonia supõe um campo teórico-político delimitado pela categoria da articulação, e, por conseguinte, pela possibilidade de se distinguir/identificar os diferentes elementos que entram na composição de uma formação hegemônica. Hegemonia apontará para uma ausência de totalidade e para uma diversidade de tentativas de recomposição e rearticulação que faz possível para as lutas terem significado e as forças históricas se moverem. Hegemonia, portanto, se dá no campo da ideologia, que opera via articulação de significantes

<sup>3</sup> A hegemonia em Gramsci vai estabelecer, segundo Eagleton (1997), a “transição crucial de ideologia como sistema de idéias para ideologia como prática social vivida, habitual”, que abrange dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento das instituições formais. A noção de hegemonia dá, dessa forma, um caráter relacional à ideologia, ela passa a ser prática, dinâmica, rompe com as amarras cristalizadas das primeiras concepções de ideologia, que restringiam a sua ação apenas a relação de classes dominadas e dominantes e à noção de falsa consciência. É a partir de Gramsci que as categorias marxistas da superestrutura e infraestrutura se ‘encontram’, a ideologia passa a ser entendida em uma relação dialógica, lugar onde se estabelece um pacto, um acordo social.

<sup>4</sup> Todas as citações de Joanildo Burity, neste trabalho, foram extraídas do artigo *Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau*. In Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. (Org). *Política e Contemporaneidade no Brasil*. Recife, p.29 –74, 1997.





flutuantes que se articulam. Hegemonizar um conteúdo será, dessa forma, fixar seu significado ao redor de um ponto nodal. “O campo social então seria visto como uma guerra de trincheira na qual projetos políticos distintos lutam para articular um grande número de significantes ao redor de si (LACLAU, 1990, p.28)”.

Entende-se, desse modo, a teoria da hegemonia como uma prática articulatória, sendo que a totalidade resultante da prática articulatória é o discurso. Laclau irá desenvolver teses a partir dessa noção de hegemonia e irá organizá-las em categorias como: discurso, práticas articulatórias, cadeias de equivalência, antagonismo, sujeito, significante vazio. Para iniciar um percurso sobre a obra de Laclau parte-se inicialmente da noção de discurso. Pinto explica que essa noção aparece pela primeira vez em seu livro sobre a teoria marxista, no capítulo em que estuda o conceito de populismo. Mas que a grande virada teórica acontece no trabalho escrito em 1985 em co-autoria com Chantal Mouffe. Na noção de discurso, o teórico afirma:

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas: a) todo objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora das suas condições de emergência; b) que qualquer distinção entre os usualmente chamados aspectos lingüísticos ou comportamentais da prática social é, ou uma distinção incorreta, ou necessita achar seu lugar como diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob forma de totalidades discursivas (LACLAU & MOUFFE, 1985, p.107).

Com essa consideração, pretende-se postular que não existe uma natureza discursiva e uma não discursiva de um fenômeno ou objeto. Mas que este só poderá ser enunciado em uma cadeia de significação, que no caso dos discursos políticos (que aqui serão analisados) luta-se por estabelecer verdades, e tentar excluir do campo da significação outros significados. Isso será vislumbrado na análise posterior a partir do discurso da Revista Caros Amigos sobre o MST.

Para Laclau o movimento de significação pressupõe três noções fundamentais: a) elemento; b) momento; c) prática articulatória. O teórico dirá:

Nós chamaremos de articulação qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos de discurso. As posições diferenciais na medida em que elas



TRAVESSIAS 07 ISSN 1982-5935  
 revistatravessias@gmail.com

aparecem articuladas dentro do discurso, nós chamaremos de momentos. Por contraste, nós chamaremos elementos qualquer diferença que não seja discursivamente articulada (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.105).

Em primeiro lugar, é preciso não confundir articulação com mediação, que obedecem a lógicas diferentes: “Enquanto a última trata de transições lógicas entre a teoria, o conceito e a realidade; a articulação se constitui de relações contingentes onde os sentidos são precários e sem literalidade” (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 96). Pinto dirá que a prática articulatória não é um instrumento de chegada à realidade, mas é a própria prática de constituição das relações sociais, isto é, da realidade, onde valores e sentidos são negociados, são hegemônicos. Burity explica também que articulação implica na construção de uma nova síntese, na qual a recomposição dos fragmentos é artificial, contingente. O discurso, então, articula elementos e ao mesmo tempo modifica suas identidades. Sendo assim, a noção de discurso será posta a partir da totalidade das práticas articulatórias, e essa noção relativiza o poder determinador e estável do discurso. Isto porque prevê uma certa transitoriedade e é baseada na noção de hegemonia. Laclau (1985) dirá que a articulação “constitui-se de relações contingentes onde os sentidos são precários e sem literalidade”. O discurso calcado nas práticas articulatórias é desse modo uma tentativa parcial de fixação de sentidos, que não é total.

A partir do momento que Laclau define o discurso como uma totalidade estruturada pela prática articulatória, ele estará assumindo a sua precariedade, e, por conseguinte, a sua provisoriamente; entretanto, indica que a prática articulatória caminha na tentativa de dominar o campo da discursividade. Para ressaltar esse aspecto segue consideração do próprio autor:

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam significados, e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, um resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo o discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.113).

Ele defende então que se deve abandonar a premissa da sociedade como uma totalidade, é no terreno da tensão entre interioridade e exterioridade que o social se constitui. Pinto explicará que na idéia de Laclau, o campo das identidades sociais – como o da sociedade, é o campo da



sobredeterminação. Ele parte do ponto de que não há fixação absoluta de sentido, e por sua vez todo discurso é então uma tentativa de dominar o campo da discursividade, de construir um centro, dizer a verdade do social. Assim, os pontos discursivos privilegiados, e porque não dizer centrais dessa fixação parcial, constituem-se nos pontos nodais, que são alvos e resultados das lutas hegemônicas travadas numa dada formação social.

Nesse ponto é necessário discorrer sobre o aporte teórico desenvolvido por Laclau sobre as lógicas da construção do discurso: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Celi Pinto explica que a primeira se refere à complexidade do social, e que a segunda de sua simplificação. Elas são constitutivas de um mesmo processo. Laclau (1985) explica em seu livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* que dois termos para serem equivalentes devem ser diferentes, pois de outro modo seriam simplesmente idênticos. A equivalência existe dessa forma por meio “do ato de subversão destes termos”. A lógica da equivalência se sustenta a partir da diferença. Busca a anulação do sentido, mas se a equivalência se mantém, é porque esta anulação nunca se completa. Para encadear um elemento fundamental na lógica de equivalência parte-se do exemplo de que se A e B são equivalentes, existe obrigatoriamente um terceiro termo que não é nem A e nem B e que permite identificar a equivalência – este termo é, segundo Celi Pinto, exatamente o que impede a objetividade do termo antagônico.

Essa incompletude – qualidade que permite ao discurso se constituir, é o limite da objetividade. A essa lógica dá-se o nome de lógica do antagonismo. Essa noção é fundamental no trabalho de Laclau, pois tem lugar central no campo da discursividade. Como já foi afirmado anteriormente, toda fixação de sentido é precária, e a expressão disso é justamente a relação antagônica que se dá a partir de um objeto. O antagonismo é então a condição de possibilidade de constituição de toda identidade; é ele que marca a diferença e a constituição de um outro.

Nesse movimento, a prática articulatória e a emergência do antagonismo são condições indispensáveis para a emergência de práticas hegemônicas via discurso. A articulação de campos opostos implica na sua própria redefinição. Essa ‘dança’ de significados os permuta e os recompõe. Assim os jogos de enunciação estão em constante ruptura e mudança por meio das equivalências e por sua vez dos antagonismos que as constituem, delineando um terreno onde a hegemonia está operando.





O horizonte teórico de Laclau coloca como central a pluralidade dos agentes sociais e de suas lutas. Burity comenta isso dizendo que ele desloca a idéia de um “ator histórico” e abandonando a de um ponto de chegada. Para ele, a história sempre estará aberta, porque sempre haverá antagonismos, lutas e uma opacidade parcial do social.

Nessa direção argumentativa parece relevante analisar a formação de cadeias de equivalência em um discurso de resistência ao sistema capitalista que ecoa na voz do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse é um exemplo de movimento social que encadeia experiências articulatórias e trava disputas ideológicas pela hegemonia do significante (o direito a terra). No caso dessa análise o discurso do MST será analisado a partir do discurso da revista Caros Amigos.

### **O olhar da mídia: os sentidos negociados**

Antes de focar a análise no discurso da revista sobre o MST é preciso trazer uma breve contextualização de como o discurso jornalístico opera na sociedade. O jornalismo implica sempre num recorte temático que redesenha o mundo social, a partir de um determinado enfoque e abordagem dos eventos. Gadini (1998) afirma que oscilando na “tensão estrutura-acontecimento, o jornalismo trans-porta uma concepção do mundo”, uma compreensão dos fenômenos e relações pautados pelos *media*. É nessa tensão que são negociados, instituídos e sobrepostos os sentidos, valores, intenções e interesses que perpassam as dimensões do universo imaginário que marca uma época social. O discurso da informação constitui-se, assim, numa colagem de vozes e sentidos que contornam os fenômenos e relações do cotidiano, e configuram uma compreensão das situações tematizadas. O discurso jornalístico nessa perspectiva é uma prática articulatória que tenta fixar sentidos em torno de objetos e ou fenômenos noticiados, e para isso os discursiviza constituindo sistematizações e encadeamentos de enunciações em torno de um ponto nodal, nos termos de Laclau. Ou seja, o discurso jornalístico tenta fixar (novos) sentidos que contornam as relações cotidianas, alvo do seu olhar. É pertinente a definição de jornalismo de Miguel Rodrigo Alsina como:

Atividade especializada na construção da realidade social que se apresenta como uma objetivação de segundo grau (...), uma ulterior construção discursiva da realidade que se soma a outras produções simbólicas, integrando-a em razão de uma



referencialidade pública e coletiva, pois a notícia se sustenta na idéia de uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, manifestando-se na construção de um mundo possível (ALSINA, 1989, p.185).

O discurso jornalístico é uma prática articulatória que se soma a outras na sociedade. Práticas essas discursivas que lutam por estabelecer verdades em torno do social. O efeito do discurso jornalístico tem, desse modo, uma possibilidade de reinventar, questionar ou construir a lógica social da organização do mundo. Essa conclusão pode ser reforçada a partir da discussão de Rodrigues (1990) que defende também que a mídia institui e legitima um campo de mediação e espaço privilegiado. Nesse espaço a cultura contemporânea é criada, fortificada, reproduzida e retransmitida, dum lado; como também pode se tornar paradoxalmente o espaço e o meio, onde essa cultura é negada, descaracterizada, transformada, servindo a interesses de dominação, que não levam em consideração as necessidades da própria população. É nesse espaço que o jornalismo constrói fatos, pontua relações entre os aspectos de ordem particular, que envolvem os fenômenos abordados, pautando e apresentando formas de se compreender as situações da realidade noticiada.

O espaço/limite de interferência discursiva e também de mediação que o exercício do jornalismo desempenha na vida social estabelece um vínculo com o mundo social, pois ele é uma compreensão de mundo; ele tenta fixar um sentido em torno deste. Então o discurso jornalístico presentifica e publiciza aspectos e realidades do cotidiano. Na função de mediador, o jornalismo apropria-se de uma realidade, devolvendo-a ao consumo social, delimitando fronteiras e colocando-se como instância suprema no sentido de definir para as sociedades o que é realidade relevante, o que é um saber cunhado como atualidade, como define Alsina<sup>5</sup> (1989). Nesse processo de construção da realidade entra em jogo um conhecimento de mundo legitimado que visa, em certas circunstâncias e grau de interferência, criar efeitos de sentido no imaginário social, como também despertar interesses e reações e, portanto, provocar reações por parte de seu público. Desse modo, os meios de comunicação, como, por exemplo, a revista analisada, desempenha papel central na formação da opinião pública, pois interferem na realidade social, criam e provocam mudanças e transformações no comportamento e visão de mundo dos grupos sociais. É deste modo que o

<sup>5</sup> Alsina sustenta que a efetividade do discurso jornalístico não está na persuasão ou na manipulação, mas especialmente no seu “saber fazer”, na maneira como constrói o cotidiano.





jornalismo se institui como espaço de expressão e construção de identidades e, de algum modo, do próprio exercício de cidadania do homem contemporâneo.

Bourdieu (1997) considera que a atividade jornalística desempenha uma competência lingüística, que não se estabelece somente em função da capacidade de dominar a língua, mas principalmente pela capacidade performativa e pela autoridade do locutor dada também através de um poder simbólico. O discurso jornalístico se coloca então como autoridade e detentora de poder simbólico, pois, detêm o poder de produzir pontos de vista sob o mundo. Essa influência é fundamental na construção do mundo social, seja pelas classificações, pelas designações que emite, seja pelo ordenamento a que obedece e faz obedecer. O mesmo autor (2004) dirá que o poder simbólico não só reproduz as relações de poder, mas também possibilita maneiras de fazer e de mudar o mundo pela imposição de uma determinada visão, que permita que os fatos, os acontecimentos e a própria história sejam por ela construídos. Sobre a interferência dos *media* na sociedade, em especial do jornalismo, Bourdieu dirá também que o jornalismo tem um poder de influência e que depende da ação das forças simbólicas presentes. É nesse sentido que se pode relacionar a ação do poder simbólico à ação da mídia. Isto porque o exercício do poder simbólico implica uma cumplicidade entre os que o exercem e os que a ele se submetem. Para que o poder simbólico seja exercido é preciso que seja reconhecido por parte dos que a ele estão submetidos; reconhecimento aqui não implica que seja consciente, e seu sentido é o de um poder detido legitimamente, creditado, e acreditado. Aqueles que estão sujeitos ao poder simbólico confiam, acreditam, dão um voto de credibilidade ao seu detentor. Trata-se então de uma questão de crença a respeito das forças exercidas. É necessário ressaltar, também, que esse processo envolve de alguma maneira a capacidade de se impor uma visão, um significado sobre alguma coisa a outrem, ou ainda, impor um significado sobre outrem, o que o autor irá denominar de violência simbólica. Os meios de comunicação tentam, então, fixar sentidos em torno do seu discurso também por meio da violência simbólica que opera em alguma medida por meio das práticas articulatórias.

Nesse espaço social onde se inscreve, o jornalismo vai, portanto, orientar como a realidade pode ser pensada e percebida, isso por meio de seu discurso que tenciona a fixação de (novos) sentidos em torno dos 'objetos' discursivizados. Um exemplo de como isso acontece encontra-se no discurso da revista Caros Amigos sobre o MST. Essa revista é reconhecida nacionalmente como um



veículo de informação e opinião, e que adota posicionamentos políticos em relação aos movimentos sociais, como, por exemplo, o MST. Na abordagem realizada pela revista pode-se perceber que um processo de hegemonia é travado em torno do MST. O discurso da revista se coloca no embate às idéias defendidas pela grande mídia. O discurso da Caros Amigos funciona via hegemonia, pois não apenas se limita a impor a versão de que o discurso da grande mídia é ‘falacioso e distorcido’ – um discurso portanto ideológico<sup>6</sup>, mas traz argumentos de que o MST pode ser visto de outro modo, e, portanto, busca a negociação e à adesão e desse modo hegemonizar seu discurso. A hegemonia acontece nesse processo relacional entre mídia e público, onde os valores são negociados. É pertinente ressaltar a fala de Eagleton (1997) que considera que hegemonia não é apenas um tipo bem sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos, ou seja, ela pode estender seu poder de ação sob várias dimensões da vida cotidiana, ora atuando como mecanismo ideológico de dominação, ora como instância de negociação e de resistência.

O discurso da revista Caros Amigos sobre o MST opera nessa tensão, onde o público leitor toma conhecimento sobre outro ponto de vista e nuances que se depreendem do MST, e pode então relativizar a ideologia discursivizada via grande mídia (leia-se Veja, Isto É, Jornal Nacional, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, e no Paraná Gazeta do Povo entre outras). A possibilidade que o público leitor tem de contrapor essas duas representações discursivizadas sobre o MST pode ser vislumbrada como um processo de hegemonia.

O discurso jornalístico configura-se desse modo em uma estrutura de informações que acontece no momento em que transporta visões de mundo, e esses discursos veiculados operam via hegemonia, onde os significados não são definitivos, comportam então uma certa ambigüidade e transitoriedade de sentidos. O discurso da Caros Amigos sobre o MST e o discurso do MST articulam-se em torno de um mesmo sentido, que pretende mostrar a opinião pública uma ‘face positiva’ do movimento. Esse discurso pretende hegemonizar outros sentidos que ganham a esfera pública por meio da mídia; nesse campo discursivo legítimo de expressão, sujeitos sociais resistem e propõem outros valores.

---

<sup>6</sup> Ideologia aqui entendida como falseamento da realidade nos termos propostos por Marx em a Ideologia Alemã.



### **Análise: o discurso do e sobre o MST**

Pontuadas algumas questões que são centrais na obra de Laclau observa-se na análise o sujeito que resiste e interage nos processos que acontecem nas relações sociais, e que nessa dinâmica rompem e articulam novas experiências cotidianas, novas formas de ver e se relacionar no mundo. Nessa inter-ação os valores são negociados, não há uma imposição a partir de um exterior sem sujeitos. É um processo de hegemonia que se faz e desfaz, e refaz permanentemente num processo vivido, feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade. Martín Barbero (2001) dirá que isso implica em uma desfuncionalização da ideologia, ou seja, nem tudo o que pensam e fazem os sujeitos da hegemonia serve à reprodução do sistema; e por outro lado a uma reavaliação da espessura do cultural: campo estratégico na luta para ser espaço articulador dos conflitos.

Observa-se dois pontos de resistência e luta pela hegemonia: o discurso da revista Caros Amigos, e o discurso do MST, que em alguma medida articulam sentidos próximos. O discurso da revista sobre o MST se coloca como mecanismo articulador em favor do sentido de que sujeitos sociais engajados em causas sociais colocam em jogo a negociação de valores nas relações sociais. O discurso da revista (entendido aqui como a totalidade das práticas articulatórias) se contrapõe ao discurso da grande mídia. São práticas articulatórias que tentam fixar sentidos em torno do objeto MST, e, por sua vez, é enunciado em uma cadeia de significação. No caso, luta-se por estabelecer verdades, e tentar excluir do campo da significação outros significados.

‘Postos de frente’ os dois discursos estabelecem relações antagônicas sobre um mesmo objeto. E logo estabelecem lógicas de equivalência e de diferença: MST1 e MST2 são equivalentes, mas não idênticos. MST1 (grande mídia) estabelece como referência de identidade - movimento social desordeiro e criminoso, que transgride a lei e a ordem social; MST2 (Revista Caros Amigos) estabelece como identidade - movimento social que busca uma nova ordem social. Ou seja, o primeiro atribui a imagem criminosa do MST à transgressão a lei e a ordem estabelecida. Já o segundo propõem justamente a articulação de outros sentidos em torno daquilo que retira a positividade da ação do movimento que é o sentido sobre ordem social. Está em jogo nessa disputa a negociação de valores e o questionamento sobre o que é direito dentro da ordem estabelecida pela





vigência da legalidade da propriedade privada, por exemplo. A imagem de criminoso é construída nessa perspectiva de infração e desrespeito ao ‘direito da propriedade privada’. Já imagem legítima do MST é construída justamente por meio da desconstrução desse paradigma legal. A imagem satanizada e criminoso tenta fixar sentidos na direção que apague as razões sociais que fazem com que os excluídos (trabalhadores rurais sem terra) se mobilizem e, portanto, abalem a “paz democrática”.

Nas práticas articulatórias desencadeadas pelas mídias o objeto é o mesmo: O MST. Mas, apesar de serem equivalentes não são os mesmos. A diferença se trava nos sentidos antagônicos que são fixados ao redor dele. Os dois termos para serem equivalentes devem ser diferentes, desse modo, a equivalência existe por meio “do ato de subversão”. A lógica da equivalência busca a anulação do sentido do outro, o que nunca se completa e é aí que se ‘localiza’ o antagonismo que vai determinar que a fixação dos sentidos é precária e transitória. Nos termos de Laclau, o antagonismo será a condição de possibilidade de constituição de toda identidade; é ele que marca a diferença e a constituição de um outro. No caso dessa análise, as práticas articulatórias em torno do MST e por sua vez a emergência do antagonismo do objeto são condições indispensáveis para a emergência de práticas hegemônicas via discurso. É por isso que o funcionamento do discurso via hegemonia exige um movimento estratégico baseado na negociação entre “superfícies discursivas mutuamente contraditórias”, pois é no terreno movediço dos sentidos que as lutas se travam. A hegemonia é, portanto, uma relação ativa, cambiante, evidencia os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política. Esse espaço se torna instância de debate, onde os agentes sociais emergem como sujeitos conscientes do seu papel na história.

Olhar do mesmo modo para um movimento social como o MST pode vislumbrar que a resistência se dá na vida cotidiana, onde os significados sociais são, como diz Pais (2003), reinventados continuamente. É nesse espaço que o homem contemporâneo vai se constituir enquanto sujeito da história e não mais somente como sujeito à história. A relação entre o discurso da revista Caros Amigos, por exemplo, e do MST vai evidenciar justamente esse espaço de articulação de sentidos em torno de uma identidade do homem que luta pelo direito à terra. Identidade esta diferente da “caricata criminoso” desenhada pela grande mídia como, por exemplo, a



Veja, Folha de São Paulo, Jornal Nacional. Sobre a questão de identidade é pertinente a fala de Silva e Souza (2002) que argumenta:

“A identidade além de proporcionar elementos concretos de referência e comparação, resume o universo simbólico que caracteriza a coletividade e a individualidade, porque estabelece padrões singulares de interpretação da realidade, códigos de vida e pensamento que permeiam as diversas formas de manifestação, valores e sentidos. A identidade requer um sentido de pertencimento como forma de inscrição no universo simbólico. Sendo elemento aglutinador e mobilizador de atividades, constitui um gerador de valores e de coesão para o grupo, para os indivíduos. (Silva e Souza, 2002, p.163)

Falar, então, que a revista Caros Amigos articula sentidos próximos ao discurso do MST demonstra, de alguma forma, existe uma identidade de discurso que aproxima a revista e o movimento. Em ambos os discurso há referenciais simbólicos que defendem a coletividade, e códigos de vida e pensamento próprios da filosofia socialista. A causa do movimento social pertence também, de algum modo, à bandeira que a revista ‘levanta’.

A identidade desse movimento social é norteadada pela denominação que o próprio MST se atribui e é explicada por Romão (2002): movimento de massas de caráter sindical, popular e político, que luta pela terra, reforma agrária e mudança na sociedade. A mesma autora explica ainda que no início dos anos 80, o MST surge como um clamor por profundas mudanças na estrutura fundiária brasileira. Ela relata que a mecanização da lavoura e a supremacia das grandes propriedades e o cultivo da monocultura (soja, cana e laranja) expulsaram famílias inteiras do campo, o que trouxe como resultado o fim do modelo de subsistência que agricultura familiar apresentava. Romão relata em sua tese que a gênese do MST aconteceu no interior de lutas de resistência dos trabalhadores contra o êxodo rural. Outro aspecto histórico destacado pela autora sobre a formação da identidade do movimento é o surgimento do discurso sobre a posse da terra, que não nasceu na década de 80. Romão afirma que:

Os sentidos de luta, resistência e justiça, no tocante à distribuição da terra, passam pela resistência indígena no período da colonização, pela luta dos negros contra o cativo nos quilombos, pelo levante europeu em Ibicaba, pela vigência igualitária no arraial de canudos, pela mobilização de colonos no Contestado e pela



articulação das Ligas camponesas para, então, ser ressignificado pelo MST (ROMÃO, 2002, p.8-9).

É, então, uma identidade de movimento libertário e revolucionário que o MST e a revista defendem e pretendem por meio de seu discurso evidenciar. Isso fica mais evidente no editorial<sup>7</sup> da revista com o título “Revolução desarmada”. A revista coloca:

Ao promover uma reforma agrária autêntica, porque elaborada não em gabinetes do poder, mas em barracas de plástico e sustentada pela letra da Constituição, o MST concretiza uma revolução sem precedentes na história do Brasil (...) E uma revolução que não se limita a impor a reforma agrária somente no tocante à propriedade da terra, mas ao uso da terra e na sua função social, econômica e ecológica (CAROS AMIGOS, 2000, p.3).

Esse trecho evidencia qual é a opinião da Caros Amigos sobre o MST e, desse modo, quais são os sentidos articulados que se pretende fixar. Sob esse ângulo a revista propõe uma nova forma para se ver e entender o movimento, tentando instaurar nessa dinâmica um processo de hegemonia.

Romão coloca que o sentido dominante veicula o direito de propriedade de terra no plano jurídico como um bem sagrado e intocável. Seja ela de que tamanho for, de quem for e de onde tenha vindo, a terra significa direito adquirido. Esse sentido dominante que é veiculado pela grande mídia articula os sentidos de que o MST transgride essa ordem, por isso sua ação não é legítima. Por isso que a **ocupação terra** se transforma em **invasão da propriedade privada**. Na fala do editorial da revista Caros Amigos há um contra-argumento sobre a questão do direito a manutenção da propriedade privada calcada na lei. A revista articula o sentido jurídico de que o direito a reforma agrária também está calcado na “letra da Constituição”. E vai mais além na sistematização e encadeamento de sentidos em torno da validade e legitimidade do MST. O editorial coloca que a revolução não se detém ao plano jurídico de direito sobre a posse da terra, mas também na sua acepção prática, ou seja, quais os sentidos que devem ser atribuídos ao uso da terra. Isso implica em uma cadeia de equivalências: pequenas propriedades, culturas de subsistência, agricultura familiar, e por sua vez ao que o discurso diz explicitamente – o uso da terra no seu sentido de função social,

<sup>7</sup> Editorial segundo a técnica de redação jornalística é o espaço onde o veículo de comunicação expressa sua opinião sobre um determinado fato e ou pessoa. É no editorial que os veículos emitem juízo de valor e expressam abertamente sua opinião.





econômica e ecológica. O discurso do MST e o discurso sobre o MST da revista articula então sentidos em torno da luta popular e do direito à reforma agrária e tenta demarcar fronteiras discursivas de que, como considera Romão, o movimento oferece uma “perspectiva salvadora para o país: a fixação do homem na própria terra.” Esse discurso tenta deslocar os sentidos do discurso dominante oficial articulado via grande mídia. Reforma agrária seria sim equivalente a esfera civil, a esfera dos direitos como cidadão, e não criminal com o encadeamento discursivo dominante quer fixar.

Outro exemplo de uma representação discursivizada diferente do ‘senso comum’ propagado pela grande imprensa do País pode ser percebida em trechos de reportagens veiculadas na edição especial sobre o MST de outubro de 2000 da revista *Caros Amigos*. Um exemplo de que a representação discursiva da revista propõe atribuir outros valores ao movimento, ao invés daqueles difundidos largamente pela grande mídia como desordeiros, baderneiros, fora da lei, se dá na reportagem intitulada “A república socialista da fronteira”. Nesse enunciado, o discurso da revista sobre o MST veicula sentidos que se antagonizam aos valores do modo de produção e vida da sociedade capitalista. Em todo texto a revista também sugere que o modo de vida do MST, que prega uma filosofia de vida socialista, é válido e positivo. Um exemplo é a narração no texto de como se formou a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste LTDA na fronteira oeste de Santa Catarina. Segue o texto:

O gelo foi se quebrando aos poucos: nos mutirões das casas, na escola recém-construída, no esporte, nos churrascos, nas rodas de mate, nas festas. A idéia de unificação começava a prosperar. Em 1991, os apicultores juntaram as abelhas para ver no que ia dar (...) Em 1992, o gado virou manada comum. Em 1993, compraram-se máquinas para usar nas lavouras separadas. Separadas? Em julho de 1994, a decisão: junta de uma vez vira todo mundo sócio da Cooperunião (CAROS AMIGOS, 2000, p.18)

Nesse trecho da reportagem o discurso propõe uma cadeia de equivalência. Palavras que remetem a isso são: cooperativa, mutirões, comum, gado, união, abelhas. O modo como o discurso articula essas palavras tenta evidenciar o sentido da força da coletividade, do bem comum, da união faz a força. Da idéia que move e une os integrantes do MST: um modo de vida coletivo, onde todos



dividem e compartilham. Nesse enunciado também está articulado outro sentido e atribuído ao movimento: que o trabalho coletivo pode dar resultado. Nesse sentido há uma importante retomada a articulação discursiva em torno do modo de organização e produção do cooperativismo. Essa estrutura discursiva rearticula os sentidos desencadeados em torno dessa referência filosófica e organizacional do movimento.

Esse trecho vem logo após a narração de como começou a história do assentamento da Fronteira do oeste catarinense, que tem como subtítulo “As andorinhas e o verão”. Esse título remete ao sentido do dito popular que uma andorinha apenas não faz verão. A reportagem argumenta que quando todos do assentamento começaram a trabalhar juntos as soluções foram surgindo. O título desse fragmento do texto se coloca como uma estratégia discursiva no sentido de propor uma cadeia de equivalência entre o sentido do enunciado e o veiculado pelo dito popular. As andorinhas equivalem aos sem-terra, e o verão ao sucesso obtido por meio da união. Uma andorinha só não faz verão pressupõem que será através da união, do coletivo, que se alcançará à vitória. Aqui novamente uma cadeia de equivalência é sugerida, sendo que a tentativa discursiva gira novamente em torno da coletividade, do cooperativismo.

A reportagem também narra de que modo é construída a imagem de aproveitadores e incompetentes, atribuída ao MST:

Na época, o governador Espiridiano Amim se apavorou com a novidade e tentou contornar o problema assentando os peões rapidamente. Ocupava, ele assentava, ainda que fosse em solo ruim, em piso mouro, que é como chamam as terras lajeadas daqui. Mas sem dar assistência alguma: crédito, sementes, ferramentas, nada. Inexperientes, os sem-terra aceitavam. Sem condições de levar o projeto adiante, os peões começaram a vender os lotes individuais e a reforma agrária inviabilizou, emperrou. O fracasso deu força à retórica do governo. “Viram só? São incompetentes”, alardeavam à sociedade (CAROS AMIGOS, 2000, p.18).

Nesse trecho onde a reportagem narra um viés da história do assentamento Fronteira, e semelhante a muitos outros casos, a revista quer evidenciar como a imagem de ‘incompetente e aproveitador’ é atribuída ao MST. O modo como o discurso da revista articula outros sentidos demonstra que a intenção não é apenas desmontar a imagem ‘negativa’ atribuída ao movimento pela grande mídia contrária ideologicamente ao movimento, mas também mostrar outras faces da



história, um outro modo de ver a história. Nesse momento é importante retomar a consideração de Laclau que chama de articulação qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. A articulação sistematizada nesse caso põe em jogo elementos como, por exemplo, assentamento e reforma agrária, fracasso e incompetência. Na totalidade estruturada, resultante da prática articulatória - o discurso, tenta-se estabelecer uma outra identidade de significação. Ou seja, a articulação traz uma narração dos fatos que geraram o fracasso de alguns assentamentos. Entretanto, tenta modificar a identidade dos elementos articulados. O elemento fracasso não seria equivalente a incompetência, mas sim a falta de assistência técnica. O desencadeamento do fracasso não seria atribuído somente ao movimento – essa conclusão retirada do encadeamento que coloca a venda dos terrenos, e por sua vez corrobora a imagem oportunista construída em torno do MST. Tenta-se romper com o sentido de fracasso como reflexo de posturas oportunistas e encadeá-lo a outro elemento – a falta de assistência técnica, que no caso seria responsabilidade do governo.

Há, portanto, uma posição no discurso, e uma luta pela negociação de sentidos. O discurso como resultado da prática articulatória trabalha, desse modo, sempre na direção de fixar sentidos. Seu êxito, entretanto, é sempre parcial e desse modo o processo de hegemonia que acontece no funcionamento do discurso se estabelece nessa relação cambiante, ativa e sempre mutável que interdepende dos sujeitos sociais. Nessa concepção, a história se move, então, também em detrimento ao sujeito que atribui múltiplos significados a momentos diferenciados do discurso, estabelecendo processos de hegemonia. Partindo dessa abordagem, o sujeito tem a possibilidade de inter-agir nos processos histórico-discursivos. Nessa dinâmica social, o sujeito rompe e articula novas experiências cotidianas constantemente, aderindo ou não a novos valores. É um processo de hegemonia que se refaz permanentemente no processo da vida cotidiana, portanto não se exerce somente via força-dominação, mas propriamente de apropriação e identificação de sentidos.

Outro enunciado que é tomado como exemplo, seguindo essa perspectiva é retirado de uma entrevista realizada por Marina Amaral (2000) com o professor e um dos historiadores do movimento, Bernardo Mançano. Segue o fragmento:





As pessoas têm o direito de viver no campo, exercendo um trabalho familiar, porque isso interessa ao próprio desenvolvimento da sociedade. Mas hoje essa separação da cidade e do campo é tão forte que o INCRA não permite, por exemplo, que um trabalhador urbano seja assentado. Meu pai pôde se transformar em um operário, mas um operário não pode se transformar em um camponês. Isso é ideológico. Da mesma forma que nós tivemos uma migração do campo para a cidade, para construir o parque industrial brasileiro, hoje, temos tantos desempregados urbanos, porque eles não podem voltar para a terra e lá viver sua vida dignamente? Mas essa visão urbanóide acha que é retrocesso as pessoas voltarem ao campo, enquanto não é retrocesso, é desenvolvimento (MANÇANO, 2000, p.23 In Amaral, 2000)

Esse fragmento da entrevista que a revista Caros Amigos realizou com Mançano revela que essa prática articulatória está negociando um outro sentido sobre o direito de viver no campo antagonizando-se ao sentido que defende isso como ilegítimo. Nessa articulação tenta-se uma outra fixação de sentido, que está no embate com outro. É proposto o rompimento com o paradigma de que somente tem direito a viver no campo aqueles que tem sua origem ali. O deslocamento do sentido se dá quando a categoria de excluídos passa a abranger não só os camponeses, mas também as pessoas que são excluídas na cidade. Nesse fragmento Mançano desloca os sentidos em torno do que é desenvolvimento: ir para a cidade ou voltar para o campo. No primeiro sentido proposto ele se remete ao fato histórico do desenvolvimento do parque industrial brasileiro, onde houve todo um processo de êxodo rural, e reforça a cadeia de equivalência de que isso gerou desemprego. Ele propõe um retorno legítimo para todos os excluídos: camponeses ou não. O aspecto do deslocamento de sentido que essa prática articulatória desencadeia é um exemplo de que os sentidos são precários e não totais, e, portanto, negociáveis e sujeitos a processos de hegemonia e não de determinação passiva. Nesse momento, a fala do professor Mançano é a expressão que legitima o discurso da revista Caros Amigos sobre o MST, e, ao mesmo tempo, se encontra com a identidade discursiva do MST.

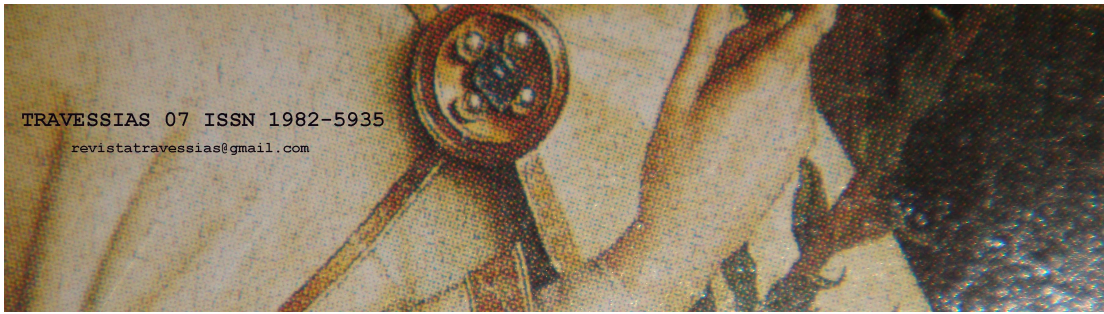
A articulação que se estabelece por meio da revista estabelece uma relação entre os diferentes sentidos que circulam sobre o MST na sociedade. Nesses termos, quando Laclau coloca o discurso como uma totalidade estruturada - entretanto, como resultado de relações transitórias e não definitivas, ele se refere justamente às possibilidades múltiplas que os sentidos oferecem para serem discursivizadas. Uma delas, no caso do discurso sobre o MST, na fala do historiador Mançano, a



insinuação da idéia de que cidadania pode ser efeito da luta pela terra e ser conquistada por meio dela.

O discurso sobre cidadania, como uma totalidade estruturada, depreende vários momentos. Nos termos atribuídos por Laclau, os momentos do discurso sobre a cidadania serão justamente as posições diferenciais que aparecem articuladas dentro do discurso. Por exemplo, da fala do entrevistado depreendem-se: a) cidadania: direito à reforma agrária, a terra, a luta, direito a direitos. Em contraste com o discurso de cidadania em outros termos como: b) direito à propriedade privada. O resultado dessa relação que é estabelecida por esses momentos, constituídos no discurso sobre cidadania, configura uma articulação discursiva e pode modificar, provocar ruptura. É o estabelecimento do transitório, espaço onde os sentidos estão sendo negociados, logo é um caminho de mão dupla ou até mais. Direito a terra pode ter o significado do coletivo, bem como do individual. No primeiro caso, direito à terra legítima o direito pertencente à comunidade, comum a todos. Já no segundo, direito a terra assegura um direito particular, privado e restrito a um ou a poucos e não coletivo. Esses são elementos que se transformam em momentos dentro da prática articulatória sobre o discurso do direito a terra.

Pontuado que o discurso para Laclau é a totalidade estruturada resultante da prática articulatória se faz necessário retomar seus apontamentos que indicam momento e elemento como constituintes do movimento de significação. Tomando como exemplo o discurso do direito sobre a terra: o campo X a cidade; camponês X operário; o camponês X o invasor; o homem urbano X o camponês; a ocupação X a invasão; a fazenda X o latifúndio; o fazendeiro X o latifundiário. Estes são exemplos de elementos que se transformam em momentos dentro do discurso sobre o direito a terra. O exemplo do enunciado citado acima retrata isso. Esses elementos passam em momentos do discurso por meio das relações de equivalência e antagonismos que se travam no interior da disputa sobre os sentidos em torno do objeto. A cadeia de equivalência que vai se emaranhando em torno do MST configura justamente, um exemplo, dessa disputa pelos sentidos que acontece no campo social, onde os sentidos são sempre perenes e transitórios e em busca de sua fixação através dos agentes sociais: os sujeitos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir o sujeito social nos termos da inter-ação social, isso a partir das noções de hegemonia que foram reformuladas por Laclau (1985), tentou-se vislumbrar relações sociais que são dialógicas. Existe o sujeito, a sociedade e os discursos que circulam, mas eles inter-agem simultaneamente por meio das práticas articulatórias, que são justamente esse movimento que atribui sentidos e os reformula continuamente. É um pouco do que Pais (2003) diz sobre o universo da vida cotidiana onde os sujeitos estão imersos: é nesse espaço que os significados sociais são apropriados e reinventados continuamente. É nesse universo cultural que as posições socioavaliativas são postas em uma dinâmica múltipla de inter-relações. E a existência e ação do MST apontam que sujeitos sociais emergem e tomam para si posições valorativas e buscam hegemonizá-las por meio de seu discurso, que no caso da análise desse trabalho é evidente no discurso da revista Caros Amigos, veículo de comunicação que possui uma identidade de discurso comum ao MST.

Esse trabalho se propôs a olhar para o discurso como um universo dialógico, onde sujeitos sociais e sociedade estão permanentemente lutando pela hegemonia. Os significados que circulam nesse espaço não são definitivos e fixos, é na prática articulatória que os sentidos possíveis são negociados. Portanto, o sujeito é um sujeito ativo, sua construção como sujeito se dá de forma relacional, bem como a construção de sentidos é negociada. Pensar o sujeito social nesses termos implica pensar no contexto complexo em que age, implica considerar o princípio dialógicos que se dá nessa inter-relação cambiante que se processa via hegemonia. E o discurso da revista Caros Amigos sobre o MST é mais uma voz que tenta hegemonizar as posições valorativas do movimento, como também publicizar um ‘outro’ discurso sobre o MST, discurso esse que vai no embate daquilo que outras mídias contrárias ideologicamente ao movimento publicam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, M.R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.





- AMARAL, Marina. **O historiador do movimento.** In Caros Amigos, especial MST, São Paulo: Editora Casa Amarela, p.22-23, outubro de 2000.
- BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- BERGER & LUCKMAN. **A construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia e Conhecimento.** 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Economia das trocas lingüísticas.** São Paulo: EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BURITY, Joanildo A. **Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau.** In Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. (Org). Política e Contemporaneidade no Brasil. Recife, p.29 –74, 1997.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia.** São Paulo: Editora Boitempo, 1997.
- GADINI, Sérgio. **O testemunho do tempo: considerações sobre o gênero jornalístico.** In: I Seminário de Inverno sobre Estudos de Comunicação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1998 (mimeo).
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História.** 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1990.
- \_\_\_\_\_ e MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy.** Toward a radical Democratic Politics. London: Verso, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Power and Representation.** In Pôster, Mark (ed) Politics, Theory, and Contemporary Culture. New York, Columbia University, p.277-96, 1993.
- MANÇANO, Bernardo. **O historiador do movimento.** In AMARAL, Marina. Caros Amigos, especial MST, São Paulo: Editora Casa Amarela, p.22-23, outubro de 2000.
- MARX, k. & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martin Clart, 2004.
- PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações.** São Paulo: Cortez, 2003.



PINTO, Céli Regina Jardim. **Notas a propósito de Ernesto Laclau**. Revista de Ciências Sociais, Montevideu, v.15, p.36-48, 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

ROMÃO, L.M.S. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta da nação**. Tese de doutoramento. PPGP-USP/Ribeirão Preto. 2002.

SILVA, Regina Helena Alves & SOUZA, Cirlene Cristina. **“Múltiplas cidades: entre morros e asfaltos”** In Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WEBER, Max. **Sociologia da Dominação**. In Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 1999.

### **Periódico**

REVISTA CAROS AMIGOS, Edição Especial MST. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.